

O significado histórico da Revolução de Outubro (II) *

DOMENICO LOSURDO**

Lenin, a Revolução de Outubro e a questão colonial

A celebração acrítica do colonialismo constitui uma constante da tradição liberal; isso também vale para os seus expoentes mais avançados. Tome-se um autor a quem ainda hoje Norberto Bobbio considera ser o pai do liberal-socialismo. Pois então, em um texto, já no seu próprio título (*On liberty*), dedicado à celebração da liberdade enquanto tal, John Stuart Mill assim se exprime:

As dificuldades que inicialmente se opõem ao progresso espontâneo são tão grandes que raramente pode-se escolher entre diversos meios de superá-las: e um governante animado por intenções progressistas está justificado a *empregar todo meio* que permita conseguir um fim de outro modo impossível. *O despotismo é uma forma legítima de governo quando se trata de lidar com bárbaros*, conquanto que o fim seja o seu progresso e os meios sejam justificados por sua real consecução. A liberdade, como princípio, não é aplicável em nenhuma situação anterior ao momento em que os homens se tornam capazes de melhorar através da discussão livre e entre iguais. Até agora, não há nada para eles, salvo a obediência absoluta a um Aqbar ou a um Carlos Magno se forem bastante afortunados para encontrá-lo.

É claro: a liberdade “vale apenas para seres humanos na plenitude das suas faculdades”, não para as “raças” que, segundo o liberal inglês, devem ser consideradas “menores”, e assim devem ser submetidas à tutela do

* Tradução de Eduardo Mei e de Jair Aniceto de Souza. Revisão de João Quartim de Moraes. Este artigo é uma retomada do ensaio *Dalla Rivoluzione d'Ottobre*, cuja primeira parte foi publicada por *Crítica Marxista*, nº 4. O título é da editoria da revista. As notas, elaboradas por Eduardo Mei, são meramente explicativas. Escrito para uma publicação não-acadêmica, o autor deixa de indicar os títulos das obras dos autores mencionados neste texto. Na terceira e última parte do ensaio, Domenico Losurdo esclarece as fontes bibliográficas fundamentais do seu extenso trabalho.

** Domenico Losurdo é professor de Filosofia da Universidade de Urbino, Itália. Autor de importantes estudos de Filosofia Política, entre os quais se destacam: *Democracia e bonapartismo*, Turim, Ed. Bolatti, e *Hegel, Marx e la tradizione liberale*, Ed. Riuniti.

Ocidente, o único canto do planeta habitado por homens verdadeiramente em grau de entender e de querer. Sobre tais autoproclamações, sobre o fato que de países e povos postos a ferro e fogo pelas grandes potências representam não apenas a menoridade, mas também a barbárie, Mill é assim destituído de dúvidas para justificar até a infame guerra do ópio, e justificá-la além do mais em nome do mercado e dos princípios liberais: “a proibição de importar o ópio da China” viola a “liberdade [...] do adquirente” antes ainda que a do produtor ou do vendedor”.

Estamos nos anos da Segunda Guerra do Ópio. No início da primeira, Alexis de Tocqueville se exprime até em termos líricos:

Eis enfim a imobilidade da Europa às garras com a imobilidade chinesa. É um grande acontecimento sobretudo se pensamos que ele é apenas a conseqüência, a última jornada de uma multitude de acontecimentos da mesma natureza que impelem gradualmente a raça européia para além dos seus confins e submetem sucessivamente ao seu império ou à sua influência todas as outras raças (...); é a servidão das quatro partes do mundo à obra da quinta. É bom então não ser demais maledicentes em relação a nosso século e a nós mesmos; os homens são pequenos, mas os acontecimentos são grandes.

Como atento e lúcido observador que é, Tocqueville dá-se conta muito bem da realidade do colonialismo: na Argélia “tornamos a sociedade muçulmana bem mais miserável, mais desorganizada, mais ignorante e mais bárbara do que era antes de a conhecermos”. Dá-se conta de que o colonialismo europeu se lança até os umbrais do genocídio: há o perigo de que se repita “a história da conquista da América”. E, todavia, o liberal francês acautela a França para não fazer surgir entre os árabes a ilusão ou a pretensão de que possam ser tratados “como se fossem nossos cidadãos e iguais”. A idéia de igualdade do homem não pode estender-se até abarcar os “povos semicivilizados”. E é ainda Tocqueville que, não obstante, aqui e acolá, acaba reconhecendo quanto de bárbaro há no comportamento da França na Argélia. Por outro lado censura a mesma França de abandonar-se à generosidade e indulgência, virtudes incompreensíveis aos “povos semicivilizados”, capazes de compreender somente o discurso da “justiça exata mas rigorosa”. Em todo caso, nem por um instante os árabes devem ter a ilusão de que a França (e a Europa) possa abandonar “a sua posição dominadora”: isso significaria provocar “estupor e confusão nos seus espíritos, enchê-los de noções errôneas e perigosas”.

Como se vê, também nos seus expoentes mais avançados, a tradição liberal teoriza de modo explícito a exclusão daqueles que ela estigmatiza como bárbaros do gozo da liberdade, da igualdade e até da “generosidade”.

Os limites do eurocentrismo em Marx

Em face de tais tradições é possível surpreender em Karl Marx um posicionamento não isento de ambigüidade e de oscilações. Por um lado, celebra “a burguesia [que] arrasta para a civilização todas as nações, inclusive as mais bárbaras” e atribui ao colonialismo inglês o mérito de levar avante na Índia “a mais grandiosa e, para dizer a verdade, a única *revolução social* que a Ásia até então conheceu”; à burguesia da metrópole capitalista é também atribuída uma verdadeira e precisa “missão”, que consiste na criação do mercado mundial. Por outro lado, *O Capital* ironiza sobre os “idílicos processos”, primeiro entre todos “a caça aos peles-negras” — talvez uma alusão à carnificina dos peles-vermelhas que precedeu o tráfico dos escravos negros — que caracterizam “a acumulação originária” e acompanham “a aurora da era da produção capitalista”. Deve-se acrescentar que, também quando sublinha o papel objetivamente progressista da desagregação das sociedades pré-modernas sob o choque da expansão comercial e colonial das grandes potências, Marx está longe dos tons maniqueus próprios da tradição liberal: o que o “Ocidente” impõe ao “Oriente” não é a “civilização” enquanto tal, mas “a assim chamada civilização”, ou seja, as relações “burguesas”. E, além do mais, a exportação da “assim chamada civilização” advém com métodos que revelam a barbárie dos conquistadores. Ao contrário de Mill e Tocqueville, Marx está bem longe de aprovar ou celebrar a Guerra do Ópio: no curso desta presumida “guerra civilizadora”, enquanto a China, “o semibárbaro tinha fé nos princípios da lei moral, o civilizado a eles contrapunha o princípio do Eu”, isto é, da liberdade de comércio e da civilização liberal, o princípio tão eloqüentemente defendido por Mill. Se Tocqueville refere de indignação pelos “horrores” apenas dos insurretos na Índia ou China, Marx, também sem minimamente ocultá-los, sublinha que “a tortura formava um instituto orgânico da política financeira do governo” inglês na Índia, que “o estupro, o massacre de crianças a fio de espada, o incêndio das aldeias foram então divertimentos gratuitos” dos “oficiais e funcionários ingleses”, os quais se arrogavam e exercitavam sem economia “poderes ilimitados de vida e de morte”.

A Segunda Internacional e o colonialismo

Recolocando em dia as ambigüidades e oscilações de Marx, a ala reformista da Segunda Internacional herda o pior da tradição liberal. É notável a indulgência com a qual Edward Bernstein olha a expansão colonial. Para limitarmo-nos aqui ao nosso país, não devemos nos esquecer de que a primeira cisão do movimento operário e socialista se verifica em

seguida à adesão à expedição colonial na Líbia por parte de Leonida Bissolati, o qual acusa os pacifistas de projetar uma sombra sobre o “aumento de valor que derivou na Itália da demonstração de sacrifício e de heroísmo que o seu povo assumiu sobre os campos de batalha”. Alguns sequazes do deputado reformista chegam ao ponto de celebrar o colonialismo como “um fator indispensável da evolução econômica dos países industriais” e como um instrumento, outrossim, para realizar a “coincidência de interesses do proletariado e da burguesia”. Alheio à exaltação chauvinista de Bissolati, Filippo Turati critica sem hesitação a aventura líbia mas se recusa a fazer uma condenação do colonialismo enquanto tal e, ao pronunciar tal recusa, pretende apoiar-se em Marx: “Poderemos ser suficientemente marxistas (...) para reconhecer na conquista das colônias uma odiosa, mas fatal necessidade do desenvolvimento do capitalismo; desenvolvimento que é o pressuposto do advento do socialismo”. Como se vê, a visão gradualista do desenvolvimento histórico não apenas não é a antítese, mas aqui se configura como a justificação ideológica da conquista e da violência colonialista. Esta última pode ser contestada por razões contingentes, mas não refutada em linha de princípio: “A Itália não é ainda país para dever permitir-se luxos desse gênero”; no momento oportuno tratar-se-á de escolher de modo justo, dado que há “colônias e colônias”.

Lenin e o apelo aos “escravos das colônias” para romperem seus grilhões

Enquanto Bissolati celebra a conquista italiana da Líbia como uma contribuição à exportação da civilização ao mundo, Lenin inversamente descreve assim essa “típica guerra colonial de um Estado ‘civil’ do século XX”: a obra de “civilização” é conduzida “mediante as baionetas, as balas, a força, o fogo, os estupros”, até com a “carnificina”. Em realidade, trata-se de “matadouro de homens, civil, aperfeiçoado, um massacre de árabes com armas ‘moderníssimas’ (...). ‘Por punição’ foram massacrados quase três mil árabes, foram depredadas e massacradas famílias inteiras, massacradas crianças e mulheres”. Na sua condenação do colonialismo, o dirigente revolucionário coloca-se em clara contraposição à ideologia dominante. Há um exemplo particularmente esclarecedor: a expedição punitiva antichinesa de 1900, que une em uma cruzada solidária todo o Ocidente, é celebrada por um coro unânime como a realização, para usar a palavra de um general francês da época, do “sonho de políticos idealistas, os Estados Unidos do mundo civilizado”; todavia — observa Lenin — os ocidentais se arrebatam “lançando às chamas aldeias inteiras, afogando

no Amur,¹ fuzilando e espetando sob as baionetas os habitantes inermes, as suas mulheres e as suas crianças”.

E então, quem representa a barbárie e quem a civilização? Os inimigos mortais da civilização, “os próprios e verdadeiros Gengis Khan” devem ser procurados precisamente no Ocidente que não apenas se vale de métodos bárbaros, mas se serve de tais métodos não para exportar a civilização mas para defender regimes reacionários funcionais à manutenção do seu domínio colonial. Alguns anos antes da primeira revolução bolchevique, Lenin publica um artigo já no título bastante significativo *A Europa atrasada e a Ásia avançada*: “A contraposição dessas palavras parece um paradoxo. Quem não sabe que a Europa está avançada, e a Ásia atrasada? Contudo, as palavras que formam o título desse artigo encerram em si uma amarga verdade (...) Na Ásia, desenvolve-se, estende-se e se reforça por todos os lados um potente movimento democrático (...) Centenas de milhões de homens despertam para a vida, para a luz, para a liberdade (...) E a Europa “avançada”? Ela saqueia a China e na China ajuda os inimigos da democracia, os inimigos da liberdade!”. E se essa última devesse dificultar os planos de saqueio colonial ou neocolonial da burguesia européia? “Oh, então a Europa “avançada” elevará altos brados invocando a “civilização”, a “ordem”, a “cultura” e a “pátria”! Então fará falar os canhões e esmagará a república asiática “atrasada” [...] Toda a Europa que comanda, toda a burguesia européia está aliada com todas as forças da reação e do medievo na China”. Não se trata de uma história remota. Pense-se no apoio fornecido pelos Estados Unidos a Reza Khan Pahlavi (Xá do Irã), ao ditador chileno Augusto Pinochet e, mais recentemente, a Boris Ieltsin. Todavia, é de se notar que a denúncia de Lenin contra o imperialismo não desemboca na liquidação niilista da história do Ocidente e na evocação de um Oriente mítico e incontaminado, não desemboca portanto na fuga da história: “Isto significa talvez que o Ocidente materialista apodreceu e que a luz resplandece apenas no Oriente místico, religioso? Não. Exatamente o contrário. Significa que o Oriente se encaminhou definitivamente pela via do Ocidente, que outras centenas e centenas de milhões de homens participarão de agora em diante da luta por aqueles ideais pelos quais o Ocidente cessou de bater-se. Podre está a burguesia ocidental...”. Trata-se de herdar os pontos altos da história do Ocidente, não perdendo de vista o fato de que a própria denúncia contra ele é construída a partir de categorias materiais elaborados pelas suas correntes de pensamento e por seus

1. Rio da Ásia Oriental.

movimentos políticos mais avançados, os que souberam refletir criticamente e autocriticamente sobre os horrores de uma conquista e de uma dominação planetária que a bárbara ideologia dominante continua a transfigurar como uma cruzada contra a “barbárie”.

Crise do “socialismo real”, recolonização do Terceiro Mundo e reabilitação do colonialismo

Nos últimos tempos, assistimos a um processo de recolonização do Terceiro Mundo que caminha *pari passu* com uma explícita reabilitação do colonialismo. Damos a palavra ao ideólogo mais ou menos oficial da “sociedade aberta” e do Ocidente: “Liberamos estes Estados [as ex-colônias] depressa demais e simplistamente demais”; é como “abandonar a si mesmo um orfanato”. Nesse seu sobressaltado “revisionismo” historiográfico, sir Karl Popper não está de maneira alguma isolado. Finalmente retorna o colonialismo, já era hora” — anunciou triunfantemente, há algum tempo, o *New York Times*, dando a palavra ao historiador Paul Johnson. Como assombrar-se agora se, segundo relatam os órgãos de imprensa, os pára-quedistas italianos enviados à Somália gostam de cantarolar *Facetta nera*?²

No último número da revista *Limes*, Carlo Jean, um docente da Universidade Luiss que também é general das tropas alpinas, põe explicitamente em conexão a “nova ordem internacional” com a tendência atual à “recolonização”: “De fato, tal tendência encontra limites apenas na não conveniência para o Ocidente de meter-se em crises cuja gestão seria demasiado custosa, sem trazer-lhe nenhum benefício concreto”. A recolonização comporta a relegitimação da guerra. O docente general tem o mérito de exprimir-se com franqueza soldadesca: A “operação de polícia internacional ou de *peace-keeping*,³ de *peace-making*⁴ e de *peace-enforcing*⁵” é o novo nome da guerra. Bem longe de ter qualquer significado crítico, tal observação funda o pedido de uma modificação da Constituição que consinta que nosso país participe ativamente das cada vez mais freqüentes “operações de polícia internacional, que de fato são guerras não declaradas” e cujo objetivo é, como já sabemos, a redistribuição das colônias.

2. *Facetta nera* é um hino fascista.

3. Em inglês no original. *Peace-keeping* significa manutenção da paz. (Nota do tradutor)

4. Em inglês no original. *Peace-making* significa pacificação. (*Idem*)

5. Em inglês no original. *Peace-enforcing* significa imposição da paz. (*Idem*)

Podemos aqui medir a amplitude e a gravidade do retrocesso, da autêntica e própria contra-revolução, que se verificou no âmbito das relações internacionais. Parece ter-se fechado o ciclo histórico que se abriu com o apelo ao rompimento dos grilhões da escravidão colonial dirigido pela Revolução de Outubro aos “bárbaros”! No momento em que explode a revolução bolchevique, o planeta inteiro é propriedade de poucas grandes potências que exercitam um poder econômico e político tão ilimitado a ponto de poder usar as populações por elas subjugadas como carne de canhão. Como acontece de modo particularmente clamoroso por ocasião do primeiro conflito mundial: como observou o historiador inglês Alan J. P. Taylor, “cerca de 50 milhões de africanos e 250 milhões de indianos foram envolvidos [pela Inglaterra], sem serem consultados, em uma guerra da qual nada sabiam”.

Há um dado de fato sobre o qual se deve refletir: o gigantesco processo de descolonização que se verificou no século XX é recolocado abertamente em discussão no mesmo momento em que se dissolve o Estado nascido sobre o vagalhão da Revolução de Outubro. Quando declara que “o desaparecimento da União Soviética é uma tragédia para o Terceiro Mundo”, Fidel Castro parece exprimir uma opinião e uma sensação largamente difundida nos países forçados a sofrer novamente a arrogância sem fingimento das grandes potências. Se a recolonização do Terceiro Mundo (mediante guerras coloniais camufladas de operações de polícia internacional) constitui a negação da democracia nas relações internacionais, a reabilitação do colonialismo significa o cancelamento, até no nível teórico, de toda hipótese democrática nas relações entre Estados e entre povos.

Para compreender o hodierno processo de reação com respeito ao movimento (iniciado com o Outubro) de emancipação do colonialismo e do racismo, podemos talvez fazer referência ao precedente histórico da dialética desenvolvida com a Revolução Francesa: na fase de máxima radicalização, sob a pressão da revolta dos escravos negros de São Domingo, a Convenção jacobina decreta, em 1794, a abolição da escravatura nas colônias. A providência, de um radicalismo inaudito, é posteriormente revogada por Napoleão: nas colônias francesas, a escravidão será novamente abolida na seqüência à revolução de 1848 e, nos Estados Unidos, apenas em 1865, graças somente à Guerra de Secessão que acaba por configurar-se ela mesma como uma revolução. Mas deve-se ter presente a confirmação, pelos longos períodos e pela complexidade histórica, de que as formas de trabalho servil ou semi-servil, por um lado

continuam a subsistir por muito tempo ainda nos Estados Unidos, por outro, conhecem sua máxima expansão nas colônias do Ocidente justamente na segunda metade do século XIX e no início do nosso século. A Revolução de Outubro não apenas chama à revolta os escravos das colônias e seus irmãos colocados no âmbito da metrópole capitalista, mas declara guerra ao preconceito racial sob todas as suas formas, proclamando a igualdade entre civilizados e “bárbaros” e o direito das populações coloniais de se liberar da opressão e tutela das grandes potências do Ocidente. Em um certo sentido, também nesse caso, trata-se de uma medida que se antecipa a seu tempo, tornada possível por circunstâncias extraordinárias (o horror suscitado pelo primeiro conflito mundial durante o qual a *Entente*⁶ é forçada a recorrer a tropas de cor, a Alemanha a apelar ao Islã e ao Império otomano e ambas as partes a arvorar-se, em polêmica uma contra outra, em campeões da causa da emancipação dos povos oprimidos), mas prontamente recolocada em questão, no momento oportuno, pelas grandes potências imperiais.

Guerras coloniais e rivalidade entre as potências imperialistas

A reabilitação do colonialismo é prenúncio de novas guerras. Mais uma vez, Popper é explícito: “Não devemos ter medo de conduzir guerras pela paz. Nas atuais circunstâncias é inevitável. É triste, mas devemos fazê-lo se queremos salvar o mundo. A resolução é aqui de importância decisiva”. Mas quem é o “nós” ao qual se refere Popper? Também nesse caso, tudo se lhe pode reprovar exceto a falta de clareza. A cruzada é anunciada não em nome da ONU — jamais citada nem tomada em consideração — mas em nome dos “Estados civilizados”, ou ainda dos “Estados do mundo civilizado”. E quem são esses últimos? Mas é claro, trata-se do “Ocidente”, cujos confins geográficos e políticos jamais são precisados mas que de qualquer modo decide de forma soberana quem é “civilizado” e quem não, e que é chamado a realizar, através de uma série de guerras, a *pax civilitatis*.

Retorna em sua plenitude a ideologia que tradicionalmente acompanhou o expansionismo colonial, o qual não apenas é sinônimo de guerras coloniais ainda que camufladas, mas, contrariamente ao que assegura o teórico da sociedade aberta, comporta o agravamento da rivalidade e dos perigos de confronto entre as grandes potências “civilizadoras”, como veremos mais adiante.

6. *Entente* é o nome atribuído à aliança político-militar da França e da Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial.

De qualquer modo, é instrutiva a história que precedeu o início do primeiro conflito mundial, marcada pela garantia por parte das grandes potências coloniais de querer desenvolver apenas uma função pacificadora e de polícia junto a povos ainda bárbaros e turbulentos e desembocada numa rivalidade sempre mais áspera e enfim em uma guerra total entre os pretensos policiais internacionais.

Reabilitação do colonialismo e revitalização do racismo

A julgar pelas aparências, as violências dos grupos racistas que cada vez mais freqüentemente se manifestam na Itália, Alemanha ou alhures, são circundadas e isoladas por uma indignação unânime que abrange políticos responsáveis, intelectuais e opinião pública. Contudo, exibindo satisfeitos os tais bons sentimentos anti-racistas estão freqüentemente os que, por um outro lado, não hesitaram e não hesitam em celebrar a Guerra do Golfo e as outras expedições punitivas das grandes potências como uma contribuição à causa da civilização. Mas nesse ponto impõe-se uma pergunta: há uma relação entre tal explícita reabilitação do colonialismo e o revigoramento da agitação racista?

***Skinheads* e grandes potências coloniais**

Não é difícil discernir o nexos que subsiste entre a configuração, cara a Karl Popper, dos países ex-coloniais como “asilo infantil”, ou, pior, como amontoado de bárbaros fora do “mundo civilizado”, e a agitação racista que se desenvolve nas metrópoles capitalistas e que considera os extra-comunitários indignos dos direitos que competem aos outros homens e os golpeiam, às vezes, com botinadas e com expedições punitivas, às quais reproduzem em miniatura as organizadas pelos países titulares do “poder de polícia internacional”. Tradicionalmente, a ideologia da “missão” ou do “fardo do homem branco” acompanhou ao mesmo tempo a política das artilharias das grandes potências e os linchamentos em prejuízo dos negros ou dos orientais promovidos nos Estados Unidos pela Ku Klux Klan e por outros grupos racistas. E é em primeiro lugar de um movimento como o Ku Klux Klan que se aproximam os hodiernos *skinheads*.

Esses últimos não estão portanto tão isolados como pareceria à primeira vista. Quando lemos que foram todas as potências industriais que decidiram “castigar severamente Saddam Hussein”, firmemente intencionadas em manter baixo o preço do petróleo, “destruindo a hipótese de uma outra crise petrolífera que teria freado o ímpeto expansivo do capitalismo ocidental” (E. Scalafari in *La Repubblica*, de 26/27 de janeiro de 1992);

quando lemos que, ao aplicar tal castigo, os Estados Unidos não hesitaram em “exterminar os iraquianos já fugitivos e desarmados” (G. Bocca, *La Repubblica*, de 6 de fevereiro de 1992), quando vemos o diretor e o ilustre editorialista de um jornal que se arvora progressista e *liberal* não se interrogar nem mesmo sobre a licitude de um tal comportamento, se nos damos conta de que a idéia de igualdade está bem longe de ser meramente pensada no nível das relações internacionais, das relações entre povos e etnias diversas: uma veia sutil ou explícita de racismo atravessa também o jornalismo e a cultura mais respeitável. Não tem sentido querer compreender a nova onda de racismo destacando-a do processo em ato de recolonização do Terceiro Mundo e de reabilitação do colonialismo.

Quando, a propósito das “expedições” da Itália liberal e fascista “na Eritréia, Somália, Líbia, Etiópia”, Alberto Arbasino escreve em *La Repubblica* de 4 de agosto de 1993, que, erradamente estamos nos “imputando, enquanto italianos, tantas grandes culpas”, procede certamente a uma reabilitação do colonialismo, mas também a uma remoção racista dos crimes em prejuízo dos “indígenas” cometidos pelos colonialistas italianos, lançando gás asfíxiante na Etiópia e pondo a ferro e fogo as aldeias líbias que não queriam saber de serem “civilizadas”. Ou, quando no seu discurso de posse, ao reivindicar para o seu país uma “missão” civilizadora mundial, Clinton celebra os Estados Unidos como “a mais antiga democracia do mundo”, é evidente que considera, de modo racista, como uma entidade negligenciável os negros forçados à escravidão ao menos até 1865 (para não falar dos peles-vermelhas aniquilados da face da terra). Chamando a atenção sobre as características bárbaras e arrogantemente racistas da expansão e do domínio colonial, a Revolução de Outubro havia estimulado uma autocrítica do Ocidente, autocrítica que agora cede o lugar a uma reabilitação do colonialismo e ao revitalização do racismo, com formas abertas ou camufladas.

Tradição liberal e “discriminação bárbara entre as criaturas humanas”

A discriminação racial e o racismo carregam uma longa história nos ombros, a qual certamente não é certamente estranha à tradição liberal. No curso da sua polêmica com Norberto Bobbio, Palmiro Togliatti, à época secretário do Partido Comunista Italiano, fez uma afirmação sobre a qual convém refletir: “Quando e em qual medida foram aplicados aos povos coloniais os princípios liberais sobre os quais se diz fundado o Estado inglês do século XIX, modelo, creio, de regime liberal perfeito para os

que raciocinam como Bobbio?”. A verdade é que a “doutrina liberal (...) é fundada sobre uma discriminação bárbara entre as criaturas humanas”.

O dirigente comunista tem toda a razão. Enquanto de um lado se empenha em uma apaixonada batalha contra o absolutismo monárquico, John Locke de outro procede a uma tranqüila teorização da escravidão nas colônias, falando como de um fato óbvio e pacífico dos “plantadores das Índias Ocidentais” que possuem escravos e cavalos com base nos direitos adquiridos com contrato regular de compra e venda. O grande teórico da limitação do poder estatal queria ver sancionado na Constituição inglesa, na América, o princípio pelo qual “todo homem livre da Carolina deve ter absoluto poder e autoridade sobre os seus escravos negros, qualquer que seja a sua opinião e religião”. E assim, em um texto clássico da tradição liberal encontramos a afirmação de que há homens “por lei de natureza sujeitos ao domínio absoluto e ao incondicionado poder dos seus patrões”.

Talvez, os negros não estejam nem propriamente subsumidos à categoria de homem. É a impressão que se tira da leitura da *História da navegação*, na qual John Locke, a propósito do comércio com as colônias africanas, repetidamente assim se exprime: “As mercadorias que provêm destes países são ouro, marfim e escravos”. Juntamente com outros bens, os escravos negros são parte integrante e essencial da economia política da Inglaterra liberal da época, objetos como são de um “notável comércio” que resulta “de grande ajuda para todas as plantações americanas”, e pelo qual Locke também é pessoalmente interessado, dado que nele investiu uma parte do seu dinheiro. Não nos esqueçamos de que um dos primeiros e mais relevantes atos de política internacional da Inglaterra liberal surgida da *Glorious Revolution* consiste em arrancar da Espanha, mediante a Paz de Utrecht,⁷ o *Asiento*,⁸ isto é, o monopólio do tráfico de negros. Ainda mais significativo é o fato de que, no outro país clássico da tradição liberal, os Estados Unidos, o instituto da escravidão se mostrou vivo e vital até 1865; realidade, mesmo depois do fim da Guerra de Secessão, os negros continuaram a ser submetidos a uma espécie de semi-servidão.

7. Tratado de paz firmado entre Inglaterra e Espanha em Utrecht, na Holanda. Pelo artigo 12 a Espanha concedia à Inglaterra e a Companhia Inglesa do Mar do Sul o direito exclusivo de importar negros nas América espanhola pelo período de 30 anos e permitia que os comerciantes ingleses enviassem anualmente um buque de 500 toneladas para traficar com as colônias espanholas da América.

8. *Asiento* era um tipo de arrendamento que a coroa espanhola concedia a um particular (individual ou constituindo uma companhia) em caráter de monopólio. O autor refere-se aqui aos *asientos* de negros, isto é, as autorizações concedidas para a introdução de escravos negros na América para substituir os índios em determinados trabalhos.

A interpretação racista da Revolução de Outubro

A discriminação racial é um traço constitutivo da história do Ocidente liberal. A expansão colonial procedeu paralelamente à caracterização dos povos sujeitados como “raças infantis”, para usar a linguagem de John Stuart Mill, o qual se apressa mesmo a dizer que algumas delas estão apenas pouco acima das espécies animais superiores. E, portanto, não apenas Locke, em fins do século XVII, mas também Mill, na segunda metade do século XIX, reluta em subsumir plenamente sob a categoria universal de homem os habitantes das colônias, freqüentemente ainda em nossos dias designados como os “indígenas”, quase como que querendo insinuar — a observação é do grande historiador Arnold Joseph Toynbee — o seu caráter “sub-humano”. Portanto, a crítica dirigida por Togliatti à tradição liberal e burguesa golpista no limite. Por outro lado, já Lenin denuncia o fato de que, para as grandes potências coloniais, aqueles por elas agredidos e subjugados “não merecem nem o denominativo de povos (são por ventura povos os asiáticos e os africanos?)”. Por isto, as operações militares conduzidas contra eles não são nem chamadas guerras: “estes homens eram inermes e os europeus os exterminaram com suas metralhadoras. Pode-se falar em guerras?”. Mas, rebelando-se contra os seus senhores, os escravos das colônias gritam na cara dos seus opressores “sua vontade de serem *homens* e não escravos”.

No mundo que precedeu a revolução de Outubro, o racismo era um fenômeno “normal”. O século XX se abre com a expedição conjunta das grandes potências para a repressão da revolta dos *boxer* na China: os massacres com os quais se mancha o Ocidente são acompanhados pela agitação de temas racistas, como a bandeira do “perigo amarelo”, que, segundo o alarme lançado em particular por Guilherme II, constitui uma ameaça moral para os “bens mais sagrados” da Europa e do Ocidente. Não se deve pensar que tais temas sejam peculiares apenas à Alemanha. Herbert Clark Hoover, que mais tarde torna-se presidente dos Estados Unidos, mas que por ora está empenhado na exploração de minério na China, onde participa da luta contra os *boxer*, fala tranqüilamente dos não brancos como “raças inferiores”; e tal é também a opinião de outros presidentes americanos do século XX, Warren Harding e Calvin Coolidge. Por outro lado, esses são os anos nos quais também no interior dos Estados Unidos as “raças inferiores” estão privadas, não apenas dos direitos políticos, mas também dos mais elementares direitos civis: submetidos a *apartheid* e a relações de trabalho semi-servi, os negros são freqüentemente vítimas de *pogrons* e linchamentos. Em tal mundo, o apelo

à luta pela emancipação do Outubro que se dirige aos escravos das colônias e aos “bárbaros” presentes na própria metrópole capitalista, só pode aparecer como uma ameaça terrível ao mesmo tempo à raça branca, ao Ocidente e à civilização enquanto tal (os três termos tendem a coincidir). E eis que a própria revolução bolchevique é interpretada em termos raciais e racistas: “A revolução russa é de origem racial, não política” — declara Henry Ford, o magnata da indústria automobilística, nestes anos, freneticamente empenhado em pôr-se em guarda contra o “complô judaico-bolchevique”. Outras vezes, são colocadas sob acusação outras “raças”, elas mesmas estigmatizadas enquanto estranhas e hostis ao Ocidente. Segundo Oswald Spengler, quem saiu realmente vitoriosa da Primeira Guerra Mundial e do combate fratricida interno à Europa foi a Rússia que, com a Revolução de Outubro, jogou fora a “máscara branca”, para tornar-se “de novo uma grande potência asiática, mongólica”, animada pelo “ódio inflamado contra a Europa” e, como demonstram os seus apelos à sublevação dos povos e países coloniais, parte integrante, agora, de “toda a população de cor da Terra, que os bolcheviques convenceram da idéia da comum resistência” e luta contra a “humanidade branca”. A mesma opinião era expressa naqueles mesmos anos por um autor americano (traduzido também em francês) que vem a gozar de uma ampla popularidade. Segundo Lothrop Stoddard (este é seu nome), deve-se considerar o primeiro conflito mundial como a “guerra de secessão dos brancos”, como uma desgraçada guerra civil que debilitou a raça branca e tornou possível o cataclismo da Revolução de Outubro, posta na conta ou de raças inferiores asiáticas “que sempre mostraram uma instintiva hostilidade para com a civilização”, ou de brancos renegados. Nesse sentido, “o bolchevismo é o renegado, o traidor no interior do nosso campo que está pronto a vender a cidade, a degradar a própria fibra do nosso ser e, enfim, a chumbar na mais baixa e irremediável bastardia um mundo que voltou a ser bárbaro e uma raça empobrecida”. Em todo caso, trata-se de um movimento político “inimigo mortal da civilização e da raça”.

E, como Spengler, também o autor americano denuncia “as intrigas do bolchevismo junto a todo o mundo de cor” que agora começa a pôr-se em movimento e contestar a supremacia da raça branca e nórdica: sim, a “propaganda bolchevique não foi vã”, antes “os seus resultados se manifestam nos rincões mais diversos e são ameaçadores para o futuro”. A se unirem estão, desgraçadamente, “as próprias regiões negras dos Estados Unidos”. Com efeito, na história da opressão dos negros nos Estados Unidos intervém, com a Revolução de Outubro, um fator novo;

eles tomam consciência dos seus direitos, não consideram mais a sua situação como algo mais ou menos natural, cessam de sofrer mais ou menos passivamente, e dão em contrapartida prova de “decisão na autodefesa até com o sacrifício da própria vida”. São naturalmente acusados de bolchevismo, mas eis como responde um jornal negro militante: “Se combater pelos próprios direitos significa ser bolcheviques então sejamos bolcheviques e a gente deve pôr a alma em paz”.

O popular autor racista americano supracitado contou com dois leitores e admiradores extremamente ilustres: o primeiro foi o presidente dos Estados Unidos, Harding, o qual declarou: “Quem se der ao trabalho de ler o livro de Lothrop Stoddard, *A maré montante dos povos de cor*, se dará conta de que o problema das raças nos Estados Unidos é apenas um aspecto do conflito das raças com o qual deve se confrontar o mundo inteiro”. O segundo ilustre leitor e admirador foi o ideólogo nazista Alfred Rosenberg, o qual, referindo-se a Lothrop Stoddard e a um outro “estudioso” americano do mesmo gênero, Madison Grant, exprime a sua admiração pelos Estados Unidos, este “esplêndido país do futuro” que teve o mérito de formular a feliz “nova idéia de um Estado racial”, idéia que agora trata-se de pôr em prática, “com força juvenil”, mediante a expulsão e deportação de “negros e amarelos”.

Polemizando contra essa propaganda, e em particular contra Grant e a sua tese segundo a qual “o progresso moral e intelectual da humanidade [...] deveu-se aos nórdicos”, está Antonio Gramsci, que, do cárcere, observa: “Este modo de pensar não é individual: reflete uma notável e predominante corrente de opinião pública dos Estados Unidos”.

O novo nome do racismo

Em síntese: na véspera da Revolução de Outubro e nos anos imediatamente sucessivos, arrogância colonial e preconceito racial constituem um dado pacífico da ideologia dominante nas duas margens do Atlântico; é bom notar que apenas nos anos trinta começa a ser usado o neologismo “racismo” com a sua conotação negativa. Compreende-se então que a revolução bolchevique e os movimentos de liberação anticolonial sejam subsumidos sob a categoria — para servir-se do título do livro caro ao presidente americano Harding — de “maré montante dos povos de cor contra a supremacia mundial dos brancos”. Essa visão é posta em crise pelo gigantesco processo de emancipação que, na trilha de Outubro 1917, desenvolve-se até a derrota do nazi-fascismo e a ampliação, no segundo pós-guerra, dos movimentos anticoloniais e de liberação nacional. Em nossos dias, assiste-se a um processo de reação. Naturalmente, seria ingênuo esperar a recolocação pura e simples das categorias e das

palavras de ordem dos anos vinte: antes do que a raça branca ou nórdica, prefere-se hoje celebrar o Ocidente, mas reflete-se sobre o fato de que os autores supracitados (Spengler, Stoddard, Grant) falam indiferentemente de Ocidente, de raça ou humanidade branca ou nórdica, e colocam-se em guarda, indiferentemente, contra o “ocaso do Ocidente”, para falar como o autor alemão, ou ainda contra o “ocaso da grande raça”, para falar como o segundo dos autores americanos citados. E de resto, já em Gramsci, encontramos uma pungente ironia sobre os “defensores do Ocidente” e seu truculento reacionarismo, sobre os “grandes jornais ‘europeus’” empenhados em celebrar “os brancos super-homens” que descarregam os seus esforços sobre os “ombros servis” dos “cules⁹ chineses”.

Alguns temas da propaganda reacionária dos anos vinte e trinta até permanecem inalterados: Stoddard não se cansa de reclamar vigilância contra a ameaça mortal proveniente do Islã: um motivo hoje tão difundido e banal a ponto de ser agitado também pelo líder da Liga Norte, Umberto Bossi, o qual, a partir de tal pressuposto, justifica os bombardeios sobre Mogadíscio ou sobre Bagdá como uma contribuição dos Estados Unidos à causa da contenção da barbárie muçulmana e africana.

Esclarecedores são os progressos verificados na Europa oriental. Um observador russo, Alexis Berelovitch, sublinhou que no seu país agora está difundido “um certo racismo” que consiste na “exclusão das civilizações não ocidentais da ‘civilização’” e na tendência a bradar pela cruzada contra o Islã. Em tal quadro, logo se compreende a particular virulência da agitação racista na ex-RDA: os últimos a chegar, os parentes pobres do Ocidente, os quais continuam ainda a ser vistos com suspeita enquanto “orientais”, devem dar prova de um zelo particular ao defender a pureza da civilização pela qual esperam finalmente serem acolhidos: levam a pensar nos brancos pobres que, nos Estados Unidos dos anos e decênios sucessivos à Guerra de Secessão, revelavam-se particularmente ferozes nos confrontos contra os negros, com os quais de nenhuma maneira queriam ser confundidos. Em casos extremos, o processo de reação em ato produz formas de “revisionismo” historiográfico que vão bem além da reabilitação do colonialismo. Há pouco mais de um ano, podia-se ler no *Corriere Della Sera*, 19 de janeiro de 1992, duas notícias emblemáticas: a primeira informava que o *Mein kampf*, de Hitler, era “muito procurado na Polônia, sobretudo nas regiões habitadas pela população de origem alemã”; a outra referia-se ao livro do presidente da nova Croácia, Tudjman

9. Coolies, em inglês, no original, adaptado do hindi *kuli*, língua indo-iraniana; designa o trabalhador não qualificado ocupado geralmente como carregador (N. do T.).

(protagonista de uma secessão conduzida em nome da necessidade de juntar-se à Europa e ao Ocidente), empenhado em justificar o anti-semitismo e redimensionar o genocídio nazista. Mas não é esse o aspecto principal. Com respeito ao período entre as duas guerras, não faltam, certamente, os elementos de novidade: hoje Israel é celebrado como baluarte da civilização no Oriente Médio, mas com argumentos que fedem eles mesmos a racismo. O violento anti-semitismo que se desenvolveu a seu tempo como reação à Revolução de Outubro tinha um pressuposto: a caracterização dos judeus como uma raça estranha e hostil ao Ocidente. Vimos a posição de Henry Ford, que é partilhada por Lothrop Stoddard e Madison Grant, os quais, ainda mais explicitamente, falam dos judeus como de uma população asiática ou, de qualquer modo, estranha não apenas à raça nórdica, mas às “raças européias” no seu conjunto, inclusive às inferiores. E, de modo análogo, exprimem-se chefes nazistas como Rosenberg e Goebels, os quais esbravejam contra o perigo representado pelas “centrais semítico-hebraicas do Vizinho Oriente” ou contra o “terror judeu” indicado como o coração do “bolchevismo oriental”. Hoje, em contrapartida, Israel está subsumida sob a categoria de *Ocidente* e o anti-semitismo se manifesta em primeiro lugar contra os árabes (esses também semitas), os quais continuam, ao contrário, a serem considerados e tratados sob a medida dos “bárbaros”. Permanece firme o *pathos* do Ocidente: se nos anos vinte, os bolcheviques eram designados ao desprezo de toda a raça branca como os “renegados”, hoje os que se opõem às periódicas expedições punitivas contra o Sul do planeta são estigmatizados como insolentes terceiro-mundistas. Nas últimas semanas,¹⁰ verificou-se na Somália um fato particularmente significativo. Em um dos confrontos, que agora pontilham, essa guerra “humanitária”, foram devorados uma dezena de americanos e centenas de somális massacrados, inclusive mulheres e crianças: a imprensa “ocidental” verteu rios de lágrimas apenas sobre os primeiros e ignorou as vítimas muito mais numerosas verificadas entre os que, ao que parece, continuam a ser considerados bárbaros indignos de humana comoção. Já antes de outubro 1917, Gramsci, após ter observado que os “burgueses” são capazes de ter empatia apenas para com o sofrimento de “indivíduos da sua classe na sua nação”, contrapôs a tal atitude o “nosso internacionalismo” que consiste no “sentido vivo do valor de cada indivíduo particular” para além de fronteiras estatais e nacionais. É também por isto que o jovem revolucionário se reconhece e se identifica plenamente na revolução bolchevique.

10. Vale lembrar que Losurdo escreveu este estudo no início de 1993.

“Polícia internacional”, expedições coloniais e rivalidade imperialista

Quem não recorda que, após a derrubada do muro de Berlim, choviam promessas de uma época de paz duradoura, senão perpétua? A ruína do “socialismo real” que já se anunciava na Europa oriental parecia ter arrancado de uma vez por todas as raízes da guerra e dos conflitos e das tensões internacionais. Na realidade, mesmo omitindo a expedição “humanitária” à Somália e as bombas ao que parece “pedagógicas” que periodicamente se abatem sobre os habitantes de Mogadiscio, é bom não esquecer que, a partir de 1989, verificaram-se dois conflitos internacionais com a participação direta dos Estados Unidos: a invasão do Panamá — sem declaração de guerra e depois de um pesado bombardeio noturno que provocou graves perdas entre a população civil — e, posteriormente, a cruzada contra o Iraque. A tudo isto é preciso acrescentar o embargo que se mantém contra Cuba e o Vietnã bem como os recentemente declarados em prejuízo de outros países: uma medida não apenas de guerra, mas de guerra total (Fidel Castro falou até em “genocídio”). É verdade, freqüentemente (mas nem sempre) tais operações militares se desenvolvem sob a cobertura da ONU, mas isto não muda a substância da questão.

Da Sociedade das Nações à ONU

A organização hoje largamente hegemônica pelos Estados Unidos já se revela como a herdeira da Sociedade das Nações, a qual explicitamente atribuía às potências vencedoras do primeiro conflito mundial o “mandato” ou o “dever sagrado” de guiar os povos não ainda à altura da “hodierna civilização”.

E assim, em 1920, a França podia atacar a Síria, legitimando o seu “ato de agressão” — usamos as palavras do grande historiador Arnold Toynbee — “com uma aparência de legalidade, exibindo a autorização da Sociedade das Nações”. Alguns anos depois, a Inglaterra, o país guia da Sociedade das Nações, intervêm reprimindo a revolta do povo iraquiano: em tal ocasião, o Partido Trabalhista (pela primeira vez no governo), não hesita em proclamar-se “orgulhoso e zeloso guardião do Império”.

Também as palavras de ordem que são hoje proclamadas não são de modo algum novas. Remetendo-se à doutrina Monroe, o presidente americano Theodore Roosevelt teoriza, em 1904, um “poder de polícia internacional” cabendo à “sociedade civilizada”, em seu conjunto, e aos Estados Unidos, em particular, no que concerne à América Latina. Alguns anos depois, o presidente americano convoca as “grandes potências” por

si já “inclinadas à paz” a unirem-se para impor o respeito à ordem, “caso necessário com a força”, também aos “outros”; depois do estouro da Primeira Guerra Mundial, Theodore Roosevelt se pronuncia pela formação de uma “liga mundial pela paz da justiça”.

Mas como apenas a “sociedade civilizada era titular do “poder de polícia internacional”, os protagonistas da liga então auspiciada eram apenas as “grandes nações civilizadas do mundo”. É esta a ideologia que preside a formação da Sociedade das Nações, qual, no 22º artigo do seu estatuto atribui às potências vencedoras o “mandato” ou o “dever sagrado” de proteger os povos que ainda não estão à altura da contemporânea civilização”. Por sua vez, o 21º artigo reconhece e consagra a legitimidade da Doutrina Monroe que também, na reinterpretação de Theodore Roosevelt, confere aos Estados Unidos um “poder de polícia internacional” na América Latina, reduzida, assim, de um modo um tanto explícito, com o aval da Sociedade das Nações, ao lugar de colônia ou semicolônia do grande irmão norte-americano.

Menos linear, é verdade, apresenta-se a história da ONU, que, fundada no momento da derrota do nazi-fascismo, sanciona no seu estatuto (art. 2, § 1) “a igualdade de todos os seus membros”. É uma declaração de princípio que jamais refletiu a realidade, e que todavia exerceu um papel positivo ao promover a discussão sobre o colonialismo. São nesses anos que nos Estados Unidos não poucas vezes solicitam uma reforma da ONU que, neutralizando o peso do Terceiro Mundo, garantisse o poder de controle aos Estados que vertem as contribuições financeiras mais relevantes.

A seu tempo, aplicando no âmbito das relações internacionais o princípio caro à tradição liberal para a qual a representação compete àqueles que pagam as taxas ou as taxas mais elevadas, Churchill afirmou: “O governo do mundo deve ser confiado às nações satisfeitas, que por si mesmas não desejam nada mais do que já têm. Se o governo mundial estivesse nas mãos das nações esfomeadas, o perigo seria permanente”. A ruína do “socialismo real” na Europa oriental parece transformar a ONU num sentido que deixaria muito feliz o estadista conservador inglês. No momento de declarar o voto no seio do Conselho de Segurança ou na Assembléia Geral da ONU, os países mais pobres (e mais populosos) estão expostos à chantagem muitas vezes explícita dos países ricos. É verdade que entre os membros permanentes do Conselho de Segurança há também a República Popular da China, mas já há algum tempo pôde-se ler na imprensa: “A China se opôs às sanções contra a Líbia e as três potências

ocidentais a ameaçaram com represálias comerciais” (E. Caretto, *La Repubblica*, de 29/30 de março de 1992). Hoje, de qualquer modo, são claros os planos destinados a transformar definitivamente o Conselho de Segurança em um clube dos países ricos, no qual, com efeito, querem ser admitidos a Alemanha, o Japão e a Itália.

A discriminação censitária se faz sentir também em outros âmbitos. Tome-se a questão dos armamentos: não apenas as armas nucleares, mas também as químicas, os mísseis de longo e médio alcance, os supercanhões etc., tudo isto deve ser mantido distante dos países pequenos e pobres e permanecer monopólio das grandes potências (à parte alguma eventual exceção por elas decidida ou consentida), as quais não se sentem de modo algum obrigadas no empenho de jamais tomar a iniciativa do uso das armas de extermínio: tudo isso traz de algum modo à memória que os cidadãos passivos eram excluídos da Guarda Nacional. O monopólio da força armada que, durante a Revolução Francesa, a burguesia preocupava-se em estabelecer a nível nacional, constitui hoje o objetivo perseguido no âmbito internacional pelo clube dos países ricos.

Voltemos a Theodore Roosevelt. Sendo o primeiro a teorizar a Nova Ordem Internacional, declara querer libertar dos “seus grilhões” os povos que “vivem na barbárie” e educá-los para a civilização e a paz. Todavia, contra “os senhores da barbárie” (os peles-vermelhas), considerados incuravelmente belicosos,¹¹ não hesita em proclamar a “guerra eterna” e em teorizar, às vezes, como vimos, até o genocídio. No curso dos últimos bombardeios aéreos ao Iraque, foram utilizadas bombas de fragmentação programadas a semear a morte apenas entre a população civil. De modo algum impressionado, Clinton celebrou “os corajosos americanos que estão a serviço da nossa nação no Golfo Pérsico” e que dão “prova da nossa coragem”.

A “missão” dos Estados Unidos

O apelo à autoridade da ONU é tão instrumental que os Estados Unidos não têm nenhum pudor em reivindicar o seu primado no mundo, independentemente de qualquer organização internacional. Pode ser útil reler o discurso com o qual Bush recebe a nomeação a candidato presidencial por parte da convenção republicana.

Polemizando contra o seu rival, declarou: Dukakis “vê a América como um dos tantos simpáticos países do elenco das Nações Unidas a se inserir em algum lugar entre a Albânia e o Zimbábue. Eu vejo a América como

11. O adjetivo *guerrafondai* designa os partidários da guerra até as últimas conseqüências.

líder, como a única nação com um papel especial no mundo”. Impressiona o tom de suficiência ou de desprezo com o qual se fala da ONU. Estamos em 1988: na Europa do Leste não se verificou ainda a crise política que sancionaria a incontestável hegemonia estadunidense no interior da Organização das Nações Unidas, sucessivamente chamada a conferir o crisma da legalidade às operações de polícia internacional decididas em Washington. No seu discurso à convenção republicana, Bush assim prosseguiu: “O nosso foi chamado o século americano pelo fato de que somos a força dominante para o bem do mundo. Salvamos a Europa, curamos a poliomielite, andamos na Lua e iluminamos o mundo com a nossa cultura. Agora estamos no limiar de um novo século: de qual país levará o nome? Eu digo que será um outro século americano. A nossa obra não está terminada, a nossa força não está extinta”. Uma “missão” compete aos Estados Unidos, a “nação sob a proteção de Deus”.

Trata-se todavia de missionários muito atentos à tutela dos seus interesses materiais: “Por experiência pessoal sei que não há segurança para os Estados Unidos se continuamos a depender do petróleo estrangeiro”. À convenção republicana tal observação era feita por Bush para sublinhar a necessidade de incentivos à indústria energética americana; mas, à luz dos acontecimentos sucessivos, tal observação não pode deixar de ser colocada em relação com a irrupção prepotente dos Estados Unidos no Oriente Médio. Graças à Guerra do Golfo, o petróleo árabe é agora um pouco menos “estrangeiro” para a superpotência mundial, o século ao encontro do qual caminhamos tem maior probabilidade de ser “americano” como o precedente, e os Estados Unidos podem ver com acrescida confiança a absolvição pela sua “missão”.

Sobre este ponto, em uma férrea linha de continuidade com respeito ao republicano Bush, coloca-se o democrata Clinton que, no seu discurso de posse não só reforçou que “a América deve continuar a guiar o mundo”, mas também acrescentou: “a nossa missão é sem prazo”. Nem Bush havia chegado ao ponto de reivindicar explicitamente para a eternidade o primado estadunidense no mundo. Para legitimar o direito ao seu país de intervir militarmente em qualquer canto do globo, Clinton refere-se não à ONU (que, em certos casos, poderia mostrar-se insuficientemente dócil e solícita), mas à “vontade e consciência da comunidade internacional”, cujo intérprete privilegiado, ou único, é, evidentemente, o presidente norte-americano. O qual, para evitar equívocos, esclarece estar pronto a arvorar-se em justiceiro ou em anjo exterminador toda vez que “estiverem em jogo os nossos interesses vitais”. Os “interesses” são citados ainda antes da

“vontade e consciência da comunidade internacional” (trata-se claramente de sinônimos para os dirigentes estadunidense). Para justificar a missão eterna atribuída ao país por ele dirigido, Clinton celebra os Estados Unidos como “a mais antiga democracia do mundo”. Em realidade, mesmo querendo passar por alto a sorte dos peles-vermelhas, naquele país a instituição da escravatura foi vital até 1865 e ainda por longo tempo depois daquela data, os negros foram submetidos a relações de trabalho mais ou menos servis e a uma semiescraavidão de fato. Entre o fim do século XIX e o início do XX, os negros foram freqüentemente vítimas de linchamento, isto é, de uma violência racista que encontra o seu análogo nos *pogrons*, os quais, naquele mesmo período, levantaram-se em prejuízo dos judeus na Rússia czarista.

Deve-se acrescentar que, apenas nos anos sessenta e setenta deste século, foram definitivamente canceladas as normas legislativas que excluía dos direitos políticos muitos negros, e até certos extratos de brancos pobres; por outro lado, não poucos estudiosos americanos contemporâneos denunciam como uma persistente limitação do princípio do sufrágio universal as “leis sobre o registro”, que descarregam sobre os cidadãos o ônus e as despesas da inscrição nas listas eleitorais, penalizando assim a participação política dos extratos mais necessitados.

Mas é inútil insistir neste ponto. O quadro que Clinton traça da historia do seu país tem, certamente no plano historiográfico e não no poético, o mesmo valor da *Eneida* que celebra a fundação de Roma como obra de um personagem de linhagem nobre e divina (filho da deusa Vênus) para depois concluir: *Tu regere imperio populos, romane, memento!*¹² Todo império tem os seus mitos de fundação chamados a legitimar o seu domínio e a sua “missão” no mundo.

A seu tempo, Bush confessou ter-se sentido plenamente presidente dos Estados Unidos apenas depois do batismo de fogo representado pela invasão do Panamá. Mais tarde, após o triunfo na Guerra do Golfo, arvorou-se em “presidente do planeta”. É o *cursus honorum* ao qual aspira também Clinton, o qual, depois dos bombardeios que semearam morte e destruição em Mogadiscio, colocou-se explicitamente na trilha da “Operação Tempestade no Deserto” e expressou todo seu orgulho pela prova de “extraordinária habilidade e coragem” das forças armadas americanas. Depois, para evitar equívocos, sublinhou: “Os Estados Unidos devem

12. Em latim, no original. “Lembra-te, romano, que reges os povos de levar o império aos povos”.

continuar a exercer um papel original de liderança no mundo”. Mas a reivindicação do primado e da hegemonia não é um traço constante do imperialismo e de toda política imperial?

Sem se encabular, o presidente americano assim prosseguiu: “Agora estamos em condições de exprimir sempre mais esta liderança com meios multilaterais, como as Nações Unidas, que consentem em dividir os custos”. A ONU como instrumento, antes como um dos instrumentos para fazer economia na obra de construção e gestão do império: não há o que dizer, estamos na presença de uma extraordinária definição da Nova Ordem Internacional!

Os conflitos internos da “polícia internacional”

A reivindicação do primado “eterno” por parte dos Estados Unidos não tem em mira exclusivamente o Terceiro Mundo. Na verdade, hoje vemos todas as grandes potências agitarem a palavra de ordem do “poder de polícia internacional”. Às razões do intervencionismo “democrático” e “pacifista” converteu-se também a Alemanha, como demonstra, por exemplo, a recente campanha publicitária da *Bundeswehr*: “Há muitas coisas a defender: liberdade e direito civil, autodeterminação e independência das pressões externas. E a paz...”. O chanceler Kohl afirmou sua vontade de ver o Exército alemão participar de “ações internacionais de manutenção da paz”. Mas a unânime adesão a uma ideologia que se coloca na esteira do intervencionismo colonial e “democrático” não significa absolutamente que cessaram os conflitos entre as grandes potências. Pelo contrário, não mais mantida a freio pela presença de um “campo socialista”, a rivalidade entre elas se manifesta cada dia mais claramente. A guerra fria entre os dois blocos cedeu o lugar a uma situação mais complexa mas não menos conflituosa e, além disso, ainda mais prenhe de perigos: enquanto se desata a tendência à recolonização do Terceiro Mundo, continua a agir, em modalidades que variam a cada vez, a chantagem econômica, diplomática e militar contra os países que ainda se proclamam socialistas; ao mesmo tempo, cada uma das grandes potências capitalistas (aos Estados Unidos, Japão e Alemanha está destinada a juntar-se a Rússia de Ieltsin) aspira a exercer um papel de primeiro plano, e possivelmente hegemônico, no âmbito do autodenominado corpo de polícia internacional. É uma atitude à qual não é estranha nem uma potência média como a Itália. Explicam-se assim as discrepâncias ocorridas por ocasião da expedição à Somália, um país, escrevia já há dois anos o respeitável *Corriere Della Sera*, que “deveria poder permanecer em boa medida na esfera de influência da Itália” (R.

Cianfarelli, *Corriere Della Sera* de 14 de dezembro de 1991). Detrás da cortina de fumaça da Nova Ordem Internacional eis que emergem as ambições e categorias da tradição colonialista e imperialista: “no novo desenho das zonas de influência no mundo, os Estados Unidos querem, ao menos do ponto de vista comercial, que a América Latina lhe pertença” (C. Elordi, *La Repubblica* de 19 de julho de 1991).

É neste âmbito que está colocada a disputa pelo ingresso no Conselho Permanente de Segurança da ONU, isto é, no clube exclusivo dos que dispõem do direito de veto, ou a formação de corpos de polícia internacionais entre seus concorrentes (pensa-se no Eurocorp franco-alemão).

Sobre esse ponto, podemos nos remeter às considerações de um autor americano, Daniel Burstein, colocando suas posições, de modo algum críticas, sobre os confrontos recentes da situação internacional: “Por causa da distribuição geopolítica do petróleo, o pós-guerra assemelhar-se-á ao século XIX, no que concerne à contínua mudança das alianças regionais, ao veneno arrematador do nacionalismo e à inexausta capacidade das grandes potências de fazer valer a sua força militar para manter o controle dos interesses econômicos vitais”. A Nova Ordem Internacional não leva certamente a paz ao Sul do planeta: “O mundo está verdadeiramente inclinado a conservar a paz? Por que agora, apenas dois anos transcorridos, ocorreram as duas maiores expedições militares desde o fim da guerra do Vietnã (Panamá em 1989 e Oriente Médio em 1991)?”. Mas crescem as tensões e as contradições também no Norte: por ocasião da Guerra do Golfo, enquanto os Estados Unidos demonstravam querer assumir o “papel de guia”, “Alemanha e Japão se viram expostos a dura crítica pela suas hesitações no início da crise e pelo fato de que agiram tarde demais para defender os campos petrolíferos e as vias de comunicação das quais, entretanto, dependiam”.

Pode-se sem mais subscrever a conclusão do autor americano já citado: “A nova ordem mundial carrega desde o nascimento a cicatriz da lembrança de que a potência militar é ainda importante e de que o mundo continua ainda sendo um lugar perigoso”.

“Uma guerra subterrânea, violenta, implacável, mas enluvada e até hipócrita”

Das ásperas contradições que caracterizam a nova ordem mundial a que opõe o Norte e o Sul é apenas uma entre outras: “com o fim da Guerra Fria, inicia-se *a luta entre os sistemas capitalistas*”, uma luta que tem como protagonistas Estados Unidos, Alemanha e Japão. Tratar-se-á, sublinha

desta vez o francês Michel Albert de “uma guerra subterrânea, violenta, implacável, mas enluvada e até hipócrita”.

Segundo os autores aqui citados, o confronto não deveria ultrapassar a fronteira do combate militar, dado que “vigora entre as grandes potências o tácito acordo que limita a sua rivalidade ao setor econômico”, e, todavia, trata-se de um confronto em nada pacífico e indolor: sim, as “operações militares de guerra” serão substituídas por “operações de guerra econômica” e de “espionagem industrial e tecnológica”, mas o que decidirá a concorrência entre as grandes potências capitalistas será, entretanto, sempre o “princípio da seleção natural” e a “luta darwiniana pela sobrevivência”, a qual torna-se cada vez “mais impiedosa” (Daniel Burstein).

Mas, verdadeiramente, o confronto interromper-se-á nos limites do uso das armas? É de duvidar quando se lê que enfrentando-se estão contrapostos dois “sistemas de valores (Albert) e que o que está em jogo, se não é exatamente “a vida ou a morte”, é de qualquer modo “a qualidade de vida e até a extensão da liberdade humana” (Burstein).

E disso parecem duvidar os mesmos autores aqui citados quando sublinham o caráter “violento” deste confronto (Albert) ou ainda o fato de que a concorrência entre as grandes potências capitalistas é “sem exclusão de golpes, extensa, destrutiva, e, talvez, muito provavelmente violenta”. Como explicar, por outro lado, a aspiração do Japão e da Alemanha ao rearmamento, e até a um rearmamento nuclear autônomo, posto em evidência pelo autor americano (Burstein)?

Em linhas gerais, a descrição que ele faz da atual situação lembra a análise leniniana do imperialismo. Por enquanto, o objeto da contenda é a distribuição de “riqueza e poder” a nível mundial, sobretudo, as relações de força entre Estados Unidos, de uma parte, e Japão e Europa, de outra, que parecem reproduzir a situação que tradicionalmente conduziu à guerra, “quando novas nações com nova força e novos meios desafiam o ordenamento mundial da propriedade e do poder existente”.

Dados tais pressupostos, compreende-se que outros estudiosos americanos (George Friedman e Meredith Lebard) falem, já no título de um livro (*The Coming War with Japan*) de guerra contra o Japão, prevista para os primeiros anos do próximo milênio e podendo começar, exatamente como o primeiro conflito nipo-americano, com o embargo petrolífero dos Estados Unidos, que constitui a premissa imediata do ataque japonês a Pearl Harbour (U. Piccione in *L'Indipendente*, 6 de dezembro de 1991).

Nesse quadro, aparece sob uma nova luz a cruzada americana no Oriente Médio. Pode ser interessante ver com quais argumentos nos Estados Unidos

procurou-se convencer os setores de opinião pública relutantes a embarcarem na expedição anti-iraquiana: “Efetivamente, os isolacionistas conservadores se sentiriam revoltados se a Marinha japonesa patrulhasse o Golfo enquanto 100.000 soldados japoneses desembarcassem na Arábia Saudita?”; o jornalista italiano, que narra tal declaração de Irving Kristol, comenta: “Não há dúvida de que o grupo dirigente dos Estados Unidos via na crise uma ocasião para reafirmar a liderança americana no terreno sobre o qual não conhece concorrentes” (R. Brancoli, in *Corriere Della Sera*, 24 de agosto de 1990).

É claro: o frenético ativismo diplomático-militar e as repetidas intervenções americanas no Oriente Médio visam também controlar as fontes energéticas das quais dependem a Europa e sobretudo o Japão. É um fato que nos Estados Unidos está se difundindo um clima de crescente animosidade e hostilidade em relação aos rivais do Extremo Oriente: “Quando se referem à concorrência das indústrias e dos capitais japoneses, os jornais — assim como os sindicatos e uma boa parte do mundo político americano — recorrem cada vez mais freqüentemente agora à linguagem da guerra”. A mobilização contra o perigo amarelo acomete também os sindicatos: “Dos oito milhões de desocupados americanos de hoje, ao menos três milhões perderam o posto de trabalho por causa, direta ou indiretamente, da concorrência japonesa, declarou recentemente ao Congresso dos Estados Unidos, Lane Kirland, presidente da AFL-CIO (a maior central sindical americana)”. E trata-se de uma concorrência absolutamente desleal dado que (encaixa desta vez Rudy Dombusch, docente de Economia no prestigioso Massachusetts Institute of Technology) “o mercado japonês permanece surpreendentemente fechado”(U. Piccione in *L’Indipendente*, 6 de dezembro de 1991).

À crescente psicose pelo agravamento do que outrora se chamava o “perigo amarelo” deu eficaz expressão um romance de grande sucesso, um amarelo de tipo particular que se conclui com um posfácio e uma bibliografia conducentes a sublinhar o caráter científico da posição defensiva contra a ameaça proveniente do Extremo Oriente. O fio condutor do livro de M. Crichton (*Sol nascente*) é claro: “os japoneses consideram o mundo dos negócios um campo de batalha”; para eles, até “as patentes são uma forma de guerra”; e aos americanos resta apenas tomar consciência de tal realidade: “estamos decididamente em guerra contra os japoneses”.

Se ainda não ultrapassou a fronteira do conflito armado, o confronto está em pleno desenvolvimento: a invasão comercial proveniente do Sol Nascente não é casual, mas o resultado de um planejamento cuidadoso

que tem em mira o controle dos Estados Unidos: “Não queremos ser ocupados... nem economicamente nem militarmente. E os japoneses sabem que cedo ou tarde os americanos despertarão.

O romance não hesita em evocar o espectro de Pearl Harbour e de Hiroshima e Nagasaki; o autor faz um senador americano dizer: “Estamos em guerra com o Japão (...) Saibam que alguns colegas meus dizem que cedo ou tarde seremos obrigados a lançar outra bomba. Pensam que chegará a tal ponto (...) Mas eu não penso assim. Por costume”. Débil e incerto é o limite entre ficção romanesca e realidade, dado que, enquanto cita uma correspondência dos Estados Unidos, o senador Holling, polemizando contra os que no Japão atribuem o déficit comercial americano à preguiça ou ao relaxo dos operários estadunidenses, rebateu “sem hesitação e sem escusas: ‘Quiçá no dia de Hiroshima os japoneses consideraram os trabalhadores americanos preguiçosos e incapazes?’”. E, por sua vez, o jornalista italiano assim comentou: “A declaração é vulgar, mas não é isolada. E a onda de reação, furor e clamor em torno do Japão” continua a desenvolver-se (F. Colombo, *in La Stampa*, 21 de março de 1992).

Trata-se de ameaça que é tomada a sério pela outra parte, pelo menos a julgar pela notícia difundida há algum tempo pela agência “Kyiodo” (ainda que prontamente desmentida por Washington), segundo a qual o Pentágono preparar-se-ia para apontar uma parte dos seus mísseis nucleares contra a Alemanha e o Japão.

Vimos a tendência desses dois países rivais dos Estados Unidos ao rearmamento; ora, é um fato significativo que desde agora os Estados Unidos estão empenhados ao máximo em reforçar o seu sistema de defesa antimíssil: “Há um plano dos Estados Unidos para monopolizar os melhores cérebros da pesquisa militar soviética e de todas as mais avançadas tecnologias que poderiam servir para pôr em dia as “guerras estelares” (S. Ginzberg *in L’Unità*, 9 de fevereiro de 1992).